



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

EDITAL nº 094/2020

EDITAL PARA EXAME DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO DEVIDAMENTE CONVENIADAS COM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 11.788/2008, pela Resolução CNMP nº 42/2009 e pela Resolução PGJ nº 30/2018, torna público que serão abertas as inscrições para a seleção pública destinada ao preenchimento de vagas de estagiários de graduação em Direito do Ministério Público de Minas Gerais e à formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital.

1. Das vagas

A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de 2 vagas de estagiário de graduação em Direito sendo uma destinada à 1ª Promotoria de Justiça e uma na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Boa Esperança, assim como à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no item 07 deste Edital.

2. Da bolsa-auxílio

O candidato aprovado fará jus à bolsa-auxílio no valor de R\$ 905,00 (novecentos e cinco reais) e a auxílio-transporte no valor de R\$ 9,00 (nove reais) por dia de atividade efetivamente exercida.

3. Dos requisitos para a nomeação

Para ser nomeado como estagiário, o interessado deverá:

- a) ser estudante do curso de Direito e estar regularmente matriculado e frequente no 3º ano, ou seja, 5º e 6º períodos, em Instituições de Ensino devidamente conveniadas;
- b) ter disponibilidade de 5 (cinco) horas diárias, de segunda a sexta-feira no período da tarde;
- c) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;
- d) não ter exercido, anteriormente, o total de dois anos atividade de estágio de graduação em Direito no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

4. Das inscrições

4.1 As inscrições serão realizadas no período de 17/02/20 a 28/02/2020, exclusivamente por e-mail.

4.2. Para requerer sua inscrição, o candidato deverá encaminhar o pedido para o endereço eletrônico 2projube@mpmg.mp.br, aos cuidados de Luciana Vilela Portugal Monteiro, informando:

- a) nome completo;
- b) data de nascimento;
- c) número de documento de identidade (cujo original será usado para a realização da prova);
- d) endereço eletrônico (e-mail) e telefones de contato;
- e) instituição de ensino e curso em que está matriculado;
- f) informação da experiência jurídica, se possuir, com o nome da entidade, o período de atuação e a função assumida;
- g) indicação da experiência acadêmica, se possuir, com o nome da instituição, o período de atuação e a função assumida.

4.3 O pedido de inscrição encaminhado sem os itens *a*, *b*, *c* ou *d* será desconsiderado.

4.4 Para a solução de qualquer problema na inscrição, o candidato deverá entrar em contato pelo telefone (35)3851-5618.

4.5. É de responsabilidade do candidato a manutenção do e-mail, telefone e dados curriculares atualizados, para viabilizar os contatos necessários.

4.6. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.

4.7. A constatação, em qualquer época, de ausência de convênio, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição, implicará a eliminação do candidato, cancelando-se sua inscrição e anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5. Do processo de seleção

5.1. O processo de seleção compreenderá uma prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, composta por questões objetivas, envolvendo os temas dispostos no anexo I.

5.2. A prova será aplicada no dia 02/03/20, às 13:30 horas, no endereço: Rua Ilcínea, 146, centro, Boa Esperança/MG (Secretaria de Educação, ao lado do Fórum).

5.3. O candidato terá o prazo de 3 (três) horas para concluir a prova.

5.4. Não Será permitida consulta à legislação seca.

5.5. Para a realização das provas, o candidato deverá comparecer ao local previsto com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha.

5.6. Durante a realização das provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade e da coleta da assinatura.

5.7. Não será admitida a entrada, no recinto da prova, do candidato que:

- a) não estiver munido do original do documento de identidade usado na inscrição, que deverá conter foto recente, filiação e assinatura;
- b) que se apresentar após o horário indicado para início da prova.

5.8. Será excluído do exame o candidato que:

- a) se negar a ser identificado, nos termos do item 5.6;
- b) se identificar na folha de respostas;
- c) se retirar do recinto durante a realização das provas sem a devida autorização;
- d) for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por escrito ou qualquer outra forma, ou que utilizar notas, livros, impressos ou qualquer meio de consulta não autorizada;
- e) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação.
- f) desrespeitar os aplicadores de prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio.

6. Da avaliação da prova e classificação dos candidatos

6.1. Será atribuída à prova a nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

6.2. Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos.

6.3. A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, que serão nomeados para ocupar as vagas disponibilizadas obedecendo-se estritamente a essa ordem.

6.4. No caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato que tiver maior idade, assim considerando ano, mês e dia de nascimento.

6.5. O resultado do processo de seleção será divulgado no Portal do MPMG.

6.6. O recurso contra o resultado do processo seletivo deverá ser apresentado fundamentadamente, em até 3 (três) dias a contar da sua divulgação, pelo mesmo meio eletrônico utilizado na inscrição.

7. Da convocação

7.1. O candidato classificado será convocado, observando-se a classificação, conforme disposto no item 06 deste Edital.

7.2. A convocação oficial será feita por meio do endereço eletrônico informado na inscrição.

7.3. Após convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:

- a) aceitar a vaga ofertada;
- b) solicitar a reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva;
- c) desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.

7.4. Em caso de recusa, reclassificação ou desistência, será convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.

7.5. A desistência tratada no item 7.3.c é irretratável.

7.6. Será considerado desistente o candidato que não responder a convocação no prazo estipulado no item 7.3.

7.7. Caso a unidade demandante opte pela não contratação do candidato convocado, pode-se fazer a convocação do próximo classificado, desde que o candidato preterido seja nomeado para outra unidade.

7.8. Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da convocação no endereço citado no item 8.1, munido dos seguintes documentos:

- a) documento comprobatório atualizado de regularidade escolar, emitido pela instituição de ensino, com indicação do ano ou período que está cursando e as disciplinas ministradas;
- b) histórico escolar atualizado da instituição de ensino superior;
- c) formulário de solicitação de nomeação (modelo disponível no Portal do MPMG);
- d) declaração pessoal de disponibilidade de horário, inexistência de antecedentes criminais;
- e) cópia da carteira de identidade e do CPF;
- f) número da conta corrente ou universitária no Banco do Brasil;
- g) cópia de comprovante de endereço;
- h) exame médico admissional;

7.9. Além dos documentos acima mencionados, o estagiário deve providenciar quatro vias do termo de compromisso e plano de estágio (modelo disponível no Portal do MPMG), a serem assinados pela instituição de ensino, pelo supervisor do estágio e pelo próprio acadêmico.

7.10. A falta de qualquer um dos documentos a que se referem os itens 7.8 e 7.9 implicará a não nomeação do candidato aprovado e à desistência tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.

8. Das disposições finais

8.1. Este Edital e a Resolução PGJ nº 30/2018 ficarão à disposição para consulta na unidade realizadora do presente processo seletivo, no seguinte endereço: _Rua Beline Maia, 85, centro, Boa Esperança/MG.

8.2. O prazo de validade desta seleção pública é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, contado da data da divulgação do resultado final da seleção.

8.3. As nomeações serão feitas para início das atividades, observados os prazos previstos na Resolução PGJ nº 30/2018.

8.4. Todas as instruções, convocações e avisos relativos à seleção regida por este Edital serão divulgados na página do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio do *link* <http://www.mpmg.mp.br/acesso-a-informacao/estagios>.

8.5. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determina as legislações vigentes de estágio, as Resoluções da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e este Edital.

8.6. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

8.7. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Ceaf.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2019.

Edson Ribeiro Baeta

Promotor de Justiça

Diretor do Ceaf

Fernando Muniz Silva

Promotor de Justiça

Responsável pelo Exame de Seleção Pública

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

☒ Direito Constitucional. Constituição Federal. Dos princípios fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da organização do Estado. Da organização dos Poderes.

☒ Direito Administrativo. Constituição Federal. Princípios, fontes e interpretação. Atividade e estrutura administrativa. Organização administrativa brasileira. Terceiro setor. Poderes administrativos: poderes e deveres do administrador público, uso e abuso do poder, vinculação e discricionariedade. Poder hierárquico. Poder disciplinar e processo administrativo disciplinar. Poder regulamentar. Poder de polícia.

☒ Direito Civil. Pessoa natural e Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos. Prescrição e Decadência. Teoria Geral das Obrigações. Direito de Família. Direito das Sucessões.

☒ Direito Processual Civil. Princípios gerais. Garantias constitucionais. Jurisdição. Ação. Processo. Procedimentos. Ministério Público. Recursos. Precedentes. Processo Coletivo.

☒ Direito Penal. Princípios penais constitucionais. Teoria da norma. Evolução histórica da Teoria do Crime. A lei penal no tempo. A lei penal no espaço. Conflito aparente de normas. Contagem de prazo. Concurso de pessoas. Comunicabilidade das circunstâncias. Ação Penal. Extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a fé pública: falsidade de títulos e outros papéis públicos. Falsidade documental. Crimes contra a Administração Pública: crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral. Crimes de Responsabilidade: Responsabilidades dos Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei nº 201, de 27.02.1967). Lei 11.343/06 – Tóxicos.

☒ Direito Processual Penal. Do processo em geral. Princípios Constitucionais do Processo Penal. Inquérito Policial. Ação Penal Pública: condicionada e incondicionada. Denúncia. Ação Penal Privada: exclusiva; subsidiária; queixa-crime; perdão; perempção. Competência: conflito de competência; competência por prerrogativa de função. Suspeição. Impedimentos. Sujeitos processuais: Juiz; Ministério Público; acusado; defensor. Atos processuais. Citação. Intimação. Notificação. Prazos: contagem; preclusão. Habeas Corpus. Recursos em geral. Nulidades. Provas. Prisão. Medidas cautelares. Execução Penal. Lei 11.343/06 - Tóxicos. Entendimentos contemporâneos dos tribunais superiores.

☒ Legislação Especial. Lei nº 7.347, de 24.07.1985 – Lei de Ação Civil Pública. Lei nº 8.069, de 13.07.1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.429/92 – Improbidade administrativa. Lei 9.605, de 12.02.1998 – Meio Ambiente. Lei 10.741, de 01.10.2003 – Estatuto do Idoso. Lei Federal nº 12.594/14 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

☒ Direito Administrativo

- a) ALEXANDRE, Ricardo; DEUS, João de. Direito administrativo esquematizado. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Gen, 2016. 909 p. ISBN 978-85-309-6815-1
- b) DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. 1063 p. ISBN 978-85-224-6876-2
- c) CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 30. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 1331 p. ISBN 978-85-970-0401-4
- d) MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 1191 p. ISBN 978-85-472-1521-7
- e) MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2016. 1151 p. ISBN 978-85-392-0347-5

☒ Direito Civil

- a) FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson; NETTO, Felipe Peixoto Braga. Manual de Direito Civil – Volume Único (2018) - 2ª edição revista, atualizada e ampliada. Editora Juspodivm.
- b) FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Coleção de Direito Civil – 7 VOLUMES (2018). Editora Juspodivm.

☒ Direito Processual Civil

- a) Fredie Didier Jr. Curso de Direito Processual Civil. V. 1. Salvador: JusPodivm, 2018.
- b) Fredie Didier Jr; Hermes Zaneti Jr. Curso de Direito Processual Civil. V. 4. Salvador: JusPodivm, 2018.

☒ Direito Penal

- a) GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal, 3 volumes, parte geral e parte especial, Ed. Impetus
- b) GRECO, Rogério . Código Penal Comentado, ed. Impetus
MARCÃO, Renato. Tóxicos, Ed. Saraiva.

d) SANCHES CUNHA, Rogério. Manual de Direito Penal, 2 volumes, parte geral e parte especial, Ed. Juspodium

☒ Direito Processual Penal

a) GRINOVER, Ada Pellegrini. Recursos no Processo Penal: teoria geral dos recursos, recursos em espécie, ações de impugnação, reclamação aos tribunais/Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho, Antônio Scarane Fernandes. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

b) LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Vol. 1 e 2. 2ª ed. Niterói: Impetus, 2012.

c) MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo Penal. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

d) NUCCI, Guilherme de Souza. Leis Penais e Processuais Penais Comentadas. Vol. 1 e 2. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

☒ Legislação Especial

a) Curso do Direito da Criança e do Adolescente - Aspectos Teóricos e Práticos (Katia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel - Coordenadora), Ed. Saraiva.